

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

CEUs como maquinaria de igualdade sociocultural:

A narrativa de quem viu e viveu as
transformações proporcionadas pela instalação
dos equipamentos nas periferias da cidade de
São Paulo

Gabriela Silva Souza

Maio de 2017

CEUs como maquinaria de igualdade sociocultural¹

Gabriela Silva Souza²

RESUMO

Esta grande reportagem conta a história de personagens que ajudam a comprovar a relevância da instalação dos Centros Educacionais Unificados (CEU) na cidade de São Paulo. O texto também discorre sobre o processo de criação e metodologias utilizadas na proposta de democratizar o acesso aos bens culturais nas áreas periféricas. Além da contextualização da realidade local e apresentação de fundamentos teóricos com objetivo de verificar o impacto social dessas iniciativas.

Palavras-chave: CEU; Democratização; Cultura; Periferia.

ABSTRACT

This report is about the story of characters who help to prove the relevance of the installation of Centros Educacionais Unificados (CEU) in São Paulo's city. The text also discusses creation process and methodologies are used in the proposal to democratize access to cultural assets in peripheral areas. In addition, contextualising local reality and presenting theoretical foundations in order to verify the social impact of these initiatives.

Keywords: CEU; Democratization; Culture; Periphery.

RESUMEN

Esta gran historia cuenta la historia de personajes que ayudan a demostrar la relevancia de la instalación de los Centros Educacionais Unificados (CEU) en Sao Paulo. El texto también describe el proceso de creación y metodologías utilizados en la propuesta de democratizar el acceso a los bienes culturales en las zonas periféricas. Además del contexto situación local y presentación de los fundamentos teóricos con el fin de verificar el impacto social de estas iniciativas

Palabras clave: CEU; Democratización; Cultura; Periferia.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura, do Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação (CELACC) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira.

² Jornalista, graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário FIAM-FAAM.

O quê? Quando? Como? Onde? Quem? E por quê?

Eu explico. Assim, deste jeito. Com a subjetividade permitida a grande reportagem jornalística e não com a impessoalidade do artigo científico. Por isso, nas próximas linhas, a narrativa se alterna entre a voz de quem a escreve e a voz daqueles que partilharam as suas histórias. Aqui a voz ganha espaço, se torna personagem. Daqueles de destaque. E, para alguns, é quase um feito inédito.

As informações são complementadas aos poucos, enquanto a abordagem ampliada e os procedimentos de extensão concedem ao leitor um entendimento para além da superficialidade.

O tom da escrita é um presente que nasce da combinação entre os gêneros literário e jornalístico, oportunizando a imersão nesse novo e, por vezes, desconhecido universo, onde a liberdade textual se torna o fio condutor.

Através da investigação, da recuperação da memória e do experimento em campo, percepções são obtidas e aliadas ao ato de ouvir e observar com o propósito de contar cada uma das histórias. Pois, assim como diz uma frase que li certa vez, “o jornalismo é a arte de sintonizar o mundo as pessoas”.

Esta é uma grande reportagem que trata do registro de quem viu, viveu e ajudou a tornar realidade algumas das transformações idealizadas com a implantação dos Centros Educacionais Unificados, os CEUs, numa das áreas mais violentas e populosas da maior cidade brasileira. Aqui eu falo de São Paulo. Falo da zona sul e de bairros que sempre viveram à margem.

No decorrer dos quatros primeiros meses de 2017, e também durante os dezenove meses anteriores – contabilizando minha experiência particular – segui na empreitada de trazer à tona o relato dos moradores, funcionários, grupos e coletivos que viram o desabrochar de um equipamento múltiplo e que puderam desabrochar junto com ele. Descarto as regras dos manuais de redação – já que é imprescindível a presença expressiva de quem narra – com a proposta de manter a salvo do esquecimento a memória dos personagens e reafirmar a importância da cultura como meio de transformação social.

Aqui também explico a metodologia utilizada nos processos de democratização do acesso aos equipamentos de cultura, de apropriação desses espaços e como algumas decisões partidárias produzem impacto direto sobre tudo isso. Afinal, no momento que inicio estes escritos ocupo a função de coordenadora de projetos culturais um dos CEUs espalhados pela cidade. Porém, não é dessa maneira que o finalizo.

No dia 29 de março de 2017 o meu nome – junto ao dos demais colegas que compunham o Núcleo de Ação Cultural – aparece na página do *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* pela última vez. Exonerados, a nossa contribuição para a cultura daquela região não mais se faz necessária. Para aqueles que detêm esse poder de escolha, nem mesmo a nossa experiência e técnicas utilizadas ao longo da estadia são relevantes. Somos desligados da rede municipal numa quarta-feira de outono em que o dia parece ainda mais cinza. Nossas cadeiras logo serão ocupadas enquanto todo o *know-how* será perdido, já que nos foi negada a oportunidade de transmiti-lo aos que chegam e de acompanhá-los nessa transição. Agora, os feitos se tornam apenas boas recordações dos que ali estiveram.

Mas, assim como nós, a cultura resiste. Obrigatoriamente. Pois enquanto vivermos sob a ótica de uma política que é reiniciada a cada quatro anos, é tudo o que nos resta.

Centros Educacionais Unificados

Inaugurados a partir de 2003, por meio do Decreto nº 42.832, durante o governo da prefeita Marta Suplicy, os Centros Educacionais Unificados (CEUs) foram concebidos como equipamentos urbanos para proporcionar experiências para além do ambiente escolar. Sua criação se inspira no modelo de escolas parques – idealizadas pelo educador Anísio Teixeira, um dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros", documento que se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do Brasil após a Revolução de 30.

Anísio Teixeira defendia uma educação pública, mista, laica e obrigatória, com o objetivo de formar pessoas engajadas e conscientes que soubessem viver no mundo e no tempo a que pertencem. Por isso o sistema educacional das escolas

parques propunha, além do currículo básico, acesso às aprendizagens sobre cultura, esporte e cidadania, desenvolvendo o senso de responsabilidade, de ação prática e de criatividade. A primeira unidade fundada em 1950, na Bahia, é reconhecida pela UNESCO como modelo educacional e em 1970 a ideia se estende também ao Rio de Janeiro. Nas décadas seguintes acontecem novas tentativas de implantação das escolas, porém sem alcançar o resultado esperado. Até a chegada dos CEUs, cuja proposta de transformação da educação o torna um polo de desenvolvimento comunitário.

Segundo Maria Aparecida Perez, socióloga e Secretária de Educação durante o período de construção e inauguração dos complexos, o processo de escolha das regiões atendidas priorizava os distritos com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): “Fizemos uma pesquisa para instalar os CEUs enquanto a gente ainda estava discutindo o formato do equipamento. Foi feito um levantamento pela Secretaria de Planejamento para propor também o novo (à época) Plano Diretor da Cidade e um levantamento do que existia de equipamentos culturais e esportivos, além da observação do mapa de exclusão social”.

A análise também levava em consideração as necessidades e os desejos dos jovens da cidade de São Paulo, a partir dos dados coletados pela Coordenadoria da Juventude. Tais informações foram consideradas, juntamente à necessidade de criação de novas unidades escolares, para suprir a demanda existente e para substituir as conhecidas escolas de latinha – instaladas em contêineres metálicos ou construídas em aço galvanizado.

Os equipamentos pretendiam gerar uma nova identidade para a comunidade do entorno, caminhando para a transformação territorial e social: “Eles acabaram sendo uma oportunidade para que as pessoas tivessem acesso aos bens culturais que antes não tinham. Que era muito distante da realidade”.

Com uma estrutura planejada para a “periferia que não tem condições de bancar o custo”, as unidades oferecem acesso às artes, educação, esportes e lazer. Para isso contam com teatro, biblioteca, sala multiuso, ateliês, telecentro, piscinas, pistas de skate, quadras poliesportivas e ateliês, além de outros espaços específicos de acordo com a localidade – como nos CEUs Campo Limpo e Casa Blanca, os dois equipamentos observados nessa reportagem, e que, inaugurados em 2004,

possuem horta, lago com carpas, bosque, playground, pista de caminhada, campo de futebol, academia e cozinha industrial.

O conjunto escolar, que também faz parte do complexo, é composto por três ou mais anexos educacionais, sendo eles: o Centro de Educação Infantil, a Escola Municipal de Educação Infantil, Escola Municipal de Ensino Fundamental, Ensino de Jovens e Adultos, e, mais recentemente, a Universidade Aberta do Brasil. Há, ainda, um andar disponibilizado ao Projeto Guri Santa Marcelina que recebe apoio institucional da Prefeitura de São Paulo e recursos dos Governos Federal e Estadual. A junção de tantos atrativos visa estimular a plena formação do indivíduo e de sua realidade, criando oportunidades não somente de contato com as variadas linguagens culturais, mas proporcionando seu desenvolvimento e profissionalização.

Todas essas características foram responsáveis por credenciar a cidade de São Paulo – após autorização da Câmara Municipal – como Cidade Educadora. Perez, que também é Doutora em Pedagogia Social, explica a importância desse aceite: “O CEU foi o projeto que nos habilitou a entrar, porque mostrou uma ação concreta da cidade em busca da oferta de espaço – como garante em suas diretrizes – que se tornasse polo de desenvolvimento para a juventude e também para a comunidade”.

Esse conceito ganhou forças durante o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado no ano de 1990 em Barcelona, na Espanha, onde foi iniciada a carta que serve de referencial para a Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE).³ Nela, o movimento afirma que: “tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. Deve ocupar-se prioritariamente com as crianças e jovens, mas com a vontade decidida de incorporar pessoas de todas as idades, numa formação ao longo da vida. As razões que justificam esta função são de ordem social, econômica e política, sobretudo orientadas por um projeto cultural e formativo eficaz e coexistencial”. Atualmente, o Brasil possui 14 cidades credenciadas, perdendo, na América Latina, para a Argentina com 18 cidades. A Espanha ocupa o topo do ranking com 180 cidades, seguida por França com 111 e Portugal com 61.

³ Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>

Portanto, o CEU é esse espaço de encontro que possibilita o exercício da cidadania ao passo que prevê a integração da oferta das atividades a fim de potencializar a capacidade educativa, buscando a provocação do debate acerca de políticas de transformação nos territórios onde estão inseridos.

Distritos: violência e carência de equipamentos culturais e de lazer

Os distritos Jardim São Luís e Campo Limpo, onde estão localizados, respectivamente, os CEUs Casa Blanca e Campo Limpo, fazem parte de duas das três subprefeituras mais populosas da cidade de São Paulo. Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, ainda nessa ordem, a primeira região contava com 267.871 mil habitantes e a segunda com 211.361.

A história por trás do nascimento dos distritos se relaciona com o auge do processo industrial, a partir das décadas de 1950 e 1960, quando vilas começam a se formar na zona sul da cidade. O crescimento desordenado criou um amontoado de barracos e casas de alvenaria. No caso de Campo Limpo, a criação oficial acontece após a separação da região de Santo Amaro, em 1973. Constituídos por uma quantidade expressiva de migrantes, em sua maioria nordestina, hoje os bairros são tidos como grandes dormitórios – uma vez que seus residentes ainda trabalham e estudam nas áreas mais centrais da capital.

Além da elevada densidade demográfica, as regiões também figuram entre os bairros com maior índice de violência por distrito policial, em relatório disponibilizado pelo *Jornal Estadão*⁴ que reúne dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública de São Paulo, entre 2012 e 2016. Homicídio é o crime que acontece com maior incidência, em ambas as regiões, quando comparadas ao restante da cidade. Totalizando 603 mortes, o 92º DP Parque Santo Antônio – responsável pelo atendimento da área do Jardim São Luís – e o 37º DP Campo Limpo ocupam o primeiro e o segundo lugar do ranking. Latrocínios e lesões corporais também são delitos frequentemente praticados nas duas localidades.

⁴ Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/cidades/criminalidade-bairro-a-bairro/>

Os DPs aparecem entre os seis mais violentos do município em número de casos registrados. No levantamento, foram considerados ainda os crimes de roubos, furtos, estupros e tráfico de drogas.

Em entrevista publicada pela *Agência Câmara* – o portal de notícias da Câmara dos Deputados – em 2002, a professora, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Ermínia Terezinha Menon Maricato, considera a falta de planejamento urbano uma das maiores causas da violência. De acordo com a professora, que já ocupou cargos públicos na Prefeitura da Cidade de São Paulo, como Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano (1989-1992) e no Governo Federal, como Secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003-2005), é necessário que o poder público ocupe espaço nas áreas críticas e que, para isso, institua, atrelada às melhorias estruturais, políticas de caráter social e cultural, pois: “A arte é muito importante para quebrar essas barreiras todas de violência, a arte é uma ponte excepcional na relação entre as pessoas”.

O mapeamento dos equipamentos culturais disponíveis corrobora com a afirmação de Ermínia. Através do *SP Cultura* – uma plataforma gratuita e colaborativa da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo – foram localizadas, nas regiões analisadas, apenas dois centros de cultura e lazer: a Casa de Cultura Municipal de Campo Limpo e a Fábrica de Cultura Jardim São Luís, administrada pelo Governo do Estado.

No que tange ao município, os 178 espaços culturais municipais registrados alçam a capital ao posto de maior polo cultural do hemisfério sul. O levantamento inclui 46 CEUs, 17 Casas de Cultura e 53 bibliotecas, sob o domínio da Secretaria Municipal de Cultural ou gestão compartilhada e parcerias, conforme informa o Plano Municipal de Cultura⁵ lançado pela Prefeitura em fevereiro de 2016. Números que tornam perceptíveis a discrepância entre demanda e quantidade de territórios de lazer e cultura presentes nas zonas observadas, onde o direito à cidade ainda não é igualitário.

⁵ Disponível em: <http://www.planomunicipaldecultura.prefeitura.sp.gov.br/pmc-sp/>

“Nóis aqui, vocês lá, cada um no seu lugar”

“Da ponte pra cá não existia nenhum equipamento de cultura.” Assim começa o relato de Júlio César, 46 anos, bacharel em Música Popular, que ocupa o cargo de coordenador de projetos no Núcleo de Ação Cultural do Centro Educacional Unificado (CEU) Casa Blanca.

Citada nas letras do mais importante grupo de rap nacional do país – os Racionais *Mc’s* – a ponte a qual Júlio se refere, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, ganhou fama com o passar dos anos. Tornou-se expressão da literatura periférica e serve como espécie de identificação daqueles que vivem nos extremos. Nas beiradas. Onde o “mundo” é diferente e a ponte, repleta de peso poético, é aquela que une e, principalmente, separa.

Assim como ele, os moradores dos arredores do CEU sabem exatamente o que isso significa. Instalado no distrito Jardim São Luís, a sofrível realidade da região lhe conferia, à época, os atributos necessários para receber o equipamento, conforme informa o Balanço de Governo⁶, divulgado em maio de 2004, da gestão responsável por implantar 21 dos 46 centros em funcionamento: áreas com maior concentração de pobreza e exclusão social, além de pouca ou nenhuma presença do poder público e inexistente oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer.

No posto desde o início da administração Haddad, em 2013, o coordenador já é um antigo conhecido no equipamento. Sua primeira passagem ocorreu no período de implantação, em 2004: “Quando o CEU chegou foi um estrondo. As pessoas brincavam que era uma nave espacial que havia pousado dentro de uma favela. Era um espaço tão grande que a população não sabia nem mesmo como utilizar.” Esse foi o desafio inicial a ser enfrentado por quem também estava aprendendo a lidar com as particularidades da nova empreitada.

A organização e os Conselhos

Os coordenadores da Gestão dos CEUs ocupam cargos na administração pública municipal na categoria de servidores comissionados. Situação que, por

⁶ Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/governo/BalancoGestao.pdf>

muitas vezes, pode ser encarada como empecilho para a execução das atividades: “Eu não tenho todo o conhecimento de um funcionário público, apesar de ocupar espaço como um. Então acho que o que mais barra é isso. É saber o que você pode e o que não pode. Até onde ir e o que a legislação não deixa, porque existe muita burocracia”, explica Júlio. Além dos mecanismos ligados ao legislativo, os CEUs também são administrados com a ajuda do regimento padrão, aprovado pelo Decreto nº 45.559, de 30 de novembro de 2004, cuja última atualização foi realizada em 28 de novembro de 2016 via o Decreto nº 57.478, pelo prefeito Fernando Haddad. O mesmo decreto, em seu Art. 2º, reitera a missão para qual o complexo educacional foi criado: “Incumbem aos CEUs promover a educação integral, democrática, emancipatória, humanizadora e com qualidade social, articulando educação, cultura, esporte, lazer e recreação e as tecnologias, promovendo o desenvolvimento do ser humano na sua integralidade como pessoa, cidadão e sujeito da sua história”.

A equipe da Gestão é encarregada de administrar o bloco cultural, esportivo e de lazer, bem como zelar pela conservação e bom funcionamento de todo o complexo, auxiliada pelas direções das unidades escolares. Também é de sua competência a fiscalização dos serviços prestados por empresas terceirizadas – responsáveis pela segurança e asseio do espaço.

O grupo de trabalho, conforme organograma, se divide entre o Gestor e seus assistentes e os Núcleos de Ação Educacional, Ação Cultural e de Esportes e Lazer – cujos cargos são ocupados por indicação política. Assistentes técnicos de Educação, Assistente de Gestão de Políticas Públicas, Analistas de Informações, Cultura e Desporto e Bibliotecários também compõe o quadro de colaboradores, sendo estes contratados mediante concurso público.

Voluntários das diversas áreas também ajudam no desenvolvimento das atividades culturais e esportivas – ainda que não façam parte da folha de pagamentos.

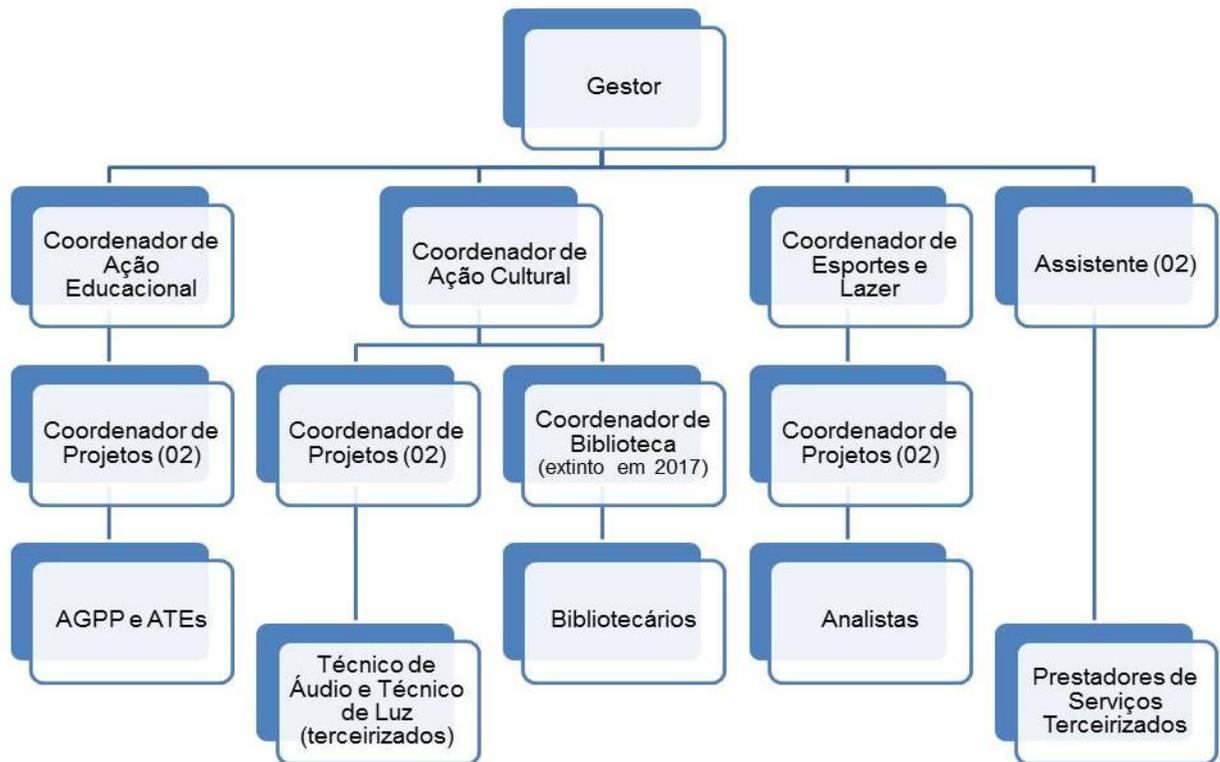


Figura 1: Organograma de funcionários da Gestão dos CEUs observados.

Mas não apenas os funcionários possuem voz ativa nas tomadas de decisões. O mesmo regimento de funcionamento garante à comunidade oportunidade de concorrer e atuar nas instâncias de participação democrática de cada CEU, conforme suas diretrizes próprias. Ou seja, para tal, existe um Conselho Gestor, consultivo e deliberativo, formado por representantes dos equipamentos institucionais e representantes da comunidade, que se reúnem mensalmente com o intuito de resolver conflitos, propor ações e provocar o debate acerca de políticas de transformação.

Com a obrigatoriedade de composição paritária e mandatos com duração de dois anos a partir da posse, esse conselho também é responsável por aprovar e participar da elaboração do Regimento Interno do CEU, desenvolvido de acordo com as particularidades de cada equipamento. “No começo, assim que o CEU foi criado, foi dado muito valor para o conselho gestor. Isso fortaleceu o nosso trabalho e a presença dos CEUs”, relembra Júlio. Porém, com o decorrer dos anos, a atuação do conselho perdeu espaço. “O que sinto de diferença entre 2004 e hoje é exatamente isso, houve um esvaziamento do conselho gestor. A decisão agora fica na mão de

quem está trabalhando. Não sei se foi culpa da passagem de governo, que foi não dando importância, não dando voz ao conselho, e isso se perdeu. Hoje, eles (comunidade) acham que não vale a pena participar porque talvez não sejam ouvidos, mas é uma coisa importante de ser retomada. Quando você tem um conselho gestor ativo a coisa funciona melhor.”

Essa visão é compactuada também por Cristina Dias Lima Silva, 45 anos, moradora da divisa dos municípios de São Paulo e Taboão da Serra. A frequentadora do CEU Campo Limpo acredita que a presença no Conselho seja fator decisivo para a manutenção e sequência das práticas estabelecidas: “Aqui tem tudo o que eu preciso, é uma extensão da minha casa. Me sinto muito à vontade, por isso entrei no Conselho Gestor, para ter minha voz ouvida e participar de tudo o que está acontecendo”.

Seguindo moldes semelhantes, existe ainda uma terceira ferramenta de organização. Denominado Colegiado de Integração, tem como objetivo promover a aproximação entre membros das áreas pedagógica, administrativa e operacional, através de reuniões com periodicidade mínima mensal, para assegurar que o trabalho seja desenvolvido de maneira unificada.

Por fim, corroborando com a participação democrática, ainda podem ocorrer Assembleias Gerais compostas por munícipes que tenham interesse em colaborar com as discussões sobre o território.

Portas abertas: a democratização do acesso e o incentivo à cultura

A filósofa Marilena Chauí, no livro *Cultura e Democracia*, trata de questões centrais sobre a democratização e viabilização da produção cultural. Em trecho da obra, a autora elucida um dos traços principais que distanciam o entendimento de cultura como forma de entretenimento: “Numa sociedade de classes, de exploração, dominação e exclusão social, a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e às obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural”. Tal alegação se assemelha com a proposta de criação dos CEUs e de seu entendimento como força local.

A presença dos equipamentos nos bolsões de pobreza da cidade, atrelada aos programas de apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais, potencializa a produção das periferias e segue na contramão daquilo que a autora, ainda em seus estudos, analisa como indústria cultural e o *modus operandi*: “Em primeiro lugar, separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado: há obras “caras” e “raras”, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e há obras “baratas” e “comuns”, destinadas à massa. Assim, em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural sobre-determina a divisão social acrescentando-lhe a divisão entre elite “cultura” e massa “inculta”. Em segundo, contraditoriamente com o primeiro aspecto, cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais, cada um escolhendo livremente o que deseja, como o consumidor num supermercado”.

Por essa razão, os complexos se tornam personagens importantes na história dos artistas locais. Para Mazé Soares, formada em Educação Física e diretora da Saída de Emergência Cia de Dança, companhia que existe desde 2008 e conta com os espaços do CEU Casa Blanca para o desenvolvimento de suas atividades, a relação de troca e aprendizado é essencial: “Esse espaço é um meio importante para nós e para diversos artistas que querem divulgar seus trabalhos, fora as oportunidades que o mesmo oferece para a população. Os CEUs são espaço de desenvolvimento físico, cognitivo e sensitivo, onde pessoas de diversas gerações, gêneros e crenças se relacionam e aprendem juntos, é um importante espaço de socialização e formação cultural e humana”.

O mesmo é relatado por Carlos Monteiro, diretor da Eros Companhia Teatral. O grupo de 12 integrantes foi desenvolvido, segundo ele, com “a intenção de agregar cultura enquanto trabalha com problemas existenciais”.

Em 2014, o grupo conheceu o trabalho realizado pelo Núcleo de Ação Cultural e apresentou aos coordenadores um espetáculo que era feito por jovens e para os jovens, abordando uma temática social latente: a pedofilia. Nasce aí uma relação de parceria que dura até 2016. A relação estabelecida foi decisiva para que as atividades da Companhia fossem desenvolvidas com assiduidade e com a sensação de pertencimento ao espaço, uma vez que “era uma nova simbiose sendo

feita, era pele ganhando uma nova resistência, era a aderência de um espaço. E a maravilha é que a gente conseguiu transformar cada sala (do equipamento) numa partícula da nossa explosão e quando chegávamos ao teatro era a nossa explosão única, total”.

A partir desses relatos, a existência do CEU para a reconfiguração de um tecido social esgarçado se torna ainda mais nítida, principalmente do ponto de vista do incentivo à continuidade do exercício da criatividade. “Esta é, seguramente, a mais rica arma das classes desfavorecidas para fazerem ouvir sua voz. Sem a criatividade, permanecem na mesmice a que o sistema sócio-político-cultural lhes condena. Sem o adequado espaço físico e ideológico, não têm a quem comunicar sua arte. Portanto, os CEUs são o adequado canal para que o grito de “estamos aqui” seja ouvido”, como narra Aníbal Macário Novaes, cofundador e dirigente da Perseptom Banda Vocal, que surgiu no início de 2002.

A proposta da banda e de seus sete integrantes era buscar inspiração no estilo a capela. Reunidos, o grupo de amigos – estudantes e/ou praticantes do canto popular – viu, com o passar do tempo, o espaço de ensaio se tornar pequeno. A casa cedida por outro fundador já não comportava a quantidade de colegas e vizinhos empolgados em acompanhar os ensaios. A procura por novos espaços os leva ao CEU Casa Blanca em 2004: “Foi o primeiro espaço institucional inteiramente público que pudemos utilizar para apresentação e ensaios”. Esse pontapé inicial abriu as portas para que o grupo percorresse outras regiões da cidade e levasse a sua arte para um número cada vez maior de admiradores. Como fazem até hoje.

Porém, se as ações realizadas por Júlio e as duas equipes da qual fez parte proporcionava a identificação dos grupos e coletivos com o equipamento, no CEU Campo Limpo a situação vivida por quem estreava na coordenação era bem diferente.

A voz dos invisíveis

Cleonice Dias Pereira chegou ao CEU Campo Limpo em junho de 2013. Indicada para o cargo de Coordenadora de Ação Cultural, ela seria responsável por todas as ações do Núcleo. Formada em Publicidade e Propaganda, aos 44 anos sua

experiência empírica a qualificava para a função. Ainda assim, a empreitada era um desafio: “Eu vim da cultura de rua. Por isso tinha muita dificuldade em entender esse universo dentro da caixinha, muito restrito”. A tal rua é uma amiga de longa data, pois, desde a infância, as atividades da família giravam em torno de ações sociais e trabalho comunitário.

Suas propostas iniciais foram em benefício das unidades escolares, com a organização de espetáculos infantis que atendessem aos alunos – abrindo as portas também para o público externo – e com o experimento da criação do sarau “Invasão” para alunos do projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A atividade acontecia no espaço da biblioteca e contava com a participação de escolas vizinhas durante todo o ano. E, embora conhecida na comunidade, teve trabalho redobrado para conseguir que os artistas locais ocupassem o mesmo espaço: “Eu não tenho vontade nenhuma de fazer trabalhos aí dentro porque aí é porta fechada. Era o que eu ouvia”. A justificativa dos grupos remete à conduta seguida pelas gestões que antecederam sua chegada e que culminaram no esvaziamento do CEU. Além disso, limitações impostas por superiores atravancavam seus esforços – situação que começou a ser contornada a partir de 2015 após mudanças na gestão.

A chegada e o respaldo do novo líder, Ricardo de Oliveira, colaborou para que os coletivos voltassem a se apropriar dos espaços. Professor de Educação Física na Rede Municipal de Ensino, ele sabia das dificuldades a serem enfrentadas, mas reconhecia a amplitude do equipamento: “Para o território, nessa comunidade que é bem carente, ele é a referência para toda a questão cultural da região. Seja nas artes plásticas, nas artes cênicas, na dança, grafite, música. Então é um equipamento único”. Tal percepção colaborou para que a nova prática de funcionamento fosse regida pelo diálogo, transparência e autonomia de seus coordenadores.

Aos poucos o CEU ia recuperando as características de espaço de organização, enquanto outro assunto ganhava visibilidade e força: a diversidade sexual e de gênero – que resultou na posterior formação de um grupo de trabalho para a discussão do tema. “Foi um divisor de águas. A gente se organizou para fazer um evento, discutir a questão de gênero e conseguir falar sobre a diversidade sem

ter o cunho pejorativo. Enaltecendo e tentando fazer o reconhecimento da pessoa”, relembra Cleonice.

A inspiração veio de dentro do próprio equipamento. Uma funcionária da empresa terceirizada responsável pela limpeza viu nessa nova gestão a oportunidade para que sua transexualidade fosse tratada sem preconceitos.

Em conversa com a coordenadora, Edileusa confessou que gostaria de se apresentar no palco do CEU e, agora, se sentia confortável para compartilhar seu desejo mais íntimo. Seu pedido foi atendido. A ação resultou em sucesso de público e de envolvimento, pois o número de interessados no debate era ainda maior do que o imaginado: “Eram pessoas que a gente não tinha noção que se sentiam tão invisíveis. Eles não se sentiam parte integrante de uma comunidade, de entrar em um equipamento educacional e ser enxergados como gente. Nós tivemos muitas falas nesse sentido durante o evento”.

O evento contou com o apoio da Diretoria Regional de Educação (DRE) Campo Limpo que garantiu a participação da cartunista Laerte Coutinho, uma das mais importantes do país. Segundo Cleonice, a artista não fazia ideia que um equipamento educacional, embora contasse com todo o atrativo cultural, pudesse promover uma ação de tamanha magnitude. Talvez nem mesmo a coordenadora imaginasse que, aos poucos, o polo se tornaria um espaço de referência para esse público.

Diversas atividades com o mesmo intuito aconteceram e atuaram em torno de questões como machismo e homofobia, ampliando o cerne da questão.

Programação cultural e as relações

Além das ações temáticas, a programação cultural dos CEUs é composta por uma variedade de atividades contratadas, geralmente, pelas Secretarias Municipais de Educação e Cultura ou realizadas de maneira voluntária. Há também a cessão de espaço para organizações públicas ou privadas – seguindo critérios de disponibilidade que favorecem, prioritariamente, a comunidade e o grupo escolar.

Apresentações financiadas através das leis de fomento, eventos promovidos ou atendidos pelos núcleos da Gestão e solicitações de uso por parte da comunidade, grupos e coletivos também fazem parte dessa grade, desde que respeitado o termo de utilização dos espaços e a premissa de que todos os eventos são gratuitos e abertos ao público. Atividades previstas no calendário oficial da Cidade, como a Semana do Hip-Hop, completam a programação.

É essa vastidão de possibilidades que, por vezes, acaba gerando atritos: “Todos os CEUs parecem ter problemas com a escola interna, a dificuldade que existe é de fazê-los entender que o equipamento é do entorno. Ele é da comunidade também e não só para as atividades acadêmicas”, salienta Cleonice. Além disso, ela lembra que: “O espaço é maravilhoso, mas temos limitações. Então é preciso ter boa vontade. Se não rolar, as portas vão ficar sempre fechadas. Às vezes falta olhar para os locais e lembrar que estão ali para serem usados”.

No caso das atrações musicais e teatrais, é comum que as 450 cadeiras do auditório sejam ocupadas – principalmente se contar com a participação de algum artista renomado e isso é lei em quase todos os CEUs. Mas, alguns grupos da região, que já possuem seu público fiel, conseguem ter desempenho parecido no quesito lotação.

A prática de destinar lugares para que alunos de escolas parceiras – da rede municipal ou estadual – desfrutem das atividades artístico-culturais também garantem fluxo de pessoas participando dos eventos.

A divulgação é realizada através dos murais de informações espalhados pelo equipamento, da elaboração de folhetos – produzidos pelos próprios coordenadores – e da panfletagem. Com poucos recursos e mão-de-obra insuficiente, o trabalho de comunicação ganhou um novo ajudante com a utilização das redes sociais, mas o aviso boca a boca continua sendo tão necessário quanto era na época em que a tecnologia ainda não havia transformado as nossas relações.

Espaço de existência/resistência

Os CEUs, no sentido daqueles que os administram, têm a capacidade de estabelecer uma relação de confiança com as comunidades onde se localizam.

Ajudando, em parceria com as políticas de fomento, a promover a autonomia dos grupos. As produções que, frequentemente, eram feitas a partir do olhar da elite passam a ser pensadas, livre dos estereótipos, pela ótica da própria periferia. Tudo isso com a garantia de um equipamento público que respeite os criadores e suas criações.

Segundo Stuart Hall, prestigiado teórico inglês que colaborou com a expansão do escopo dos estudos culturais: “Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural”, atestando a necessidade e relevância de espaços que permitam a identificação do espectador, tanto em relação ao conteúdo quanto ao formato, e o surgimento de novos protagonistas.

A existência – e, mais importante ainda, resistência – do Grupo SM *CREW*, liderado por Laiane Dias, 18 anos, e Tiago Silva, 19 anos, comprova as possibilidades de ressignificação e identificação no âmbito sociocultural.

Formado há cinco anos, durante um projeto de dança desenvolvido nas dependências do CEU Campo Limpo, o grupo é composto por jovens entre 16 e 20 anos. A pouca idade é só um detalhe na vida desses bailarinos que enxergam possibilidades através da dança: “O CEU foi uma grande porta em relação ao sonho de gerar a arte como profissão”, conta Laiane. Para Tiago, a importância do equipamento é ainda mais explícita: “Liderar um grupo não é fácil, ainda mais com 12 pessoas. Você precisa de espaço, precisa de equipamento de som, precisa de banheiro, água pra se reidratar e o CEU é um espaço que nos ajuda nisso. Pra mim, o SM sobreviveu muito graças ao CEU e por conta dessas políticas públicas que fizeram as pessoas olharem pra gente de forma diferente. Temos orgulho de dizer que nascemos e viemos daqui”.

De todas as dificuldades enfrentadas, a falta de reconhecimento é a que mais perturba. Frases como “além de dançar, o que você faz da vida?” ou “você vai passar o dia todo nisso?” são proferidas com espantosa frequência, até mesmo por

colegas e familiares, mas apesar disso a arte continua movendo cada um deles. Além dos meses de ensaio, das horas de pesquisa, do tempo de criação das coreografias e do preparo corporal, a resistência psicológica dessa meninada impressiona: “As verbas da cultura sendo congelada, editais sendo cortados. Está ficando pequeno viver dentro dessa sociedade e mesmo assim a gente persiste”, afirma o jovem, que reconhece a necessidade de adaptação dos grupos que sobrevivem com a ajuda desses incentivos.

Apreensivos desde a mudança de gestão, Laiane fala sobre um possível boicote – pois, de acordo com seu relato, não há um pensamento voltado para a cultura periférica e já notam um olhar enviesado sobre a dança de rua: “Essa gestão vai dificultar a nossa vida porque são pessoas novas que não conhecem o cotidiano, não conhecem nosso trabalho. Vão querer mudar tudo e fazer ‘melhor’. Sofremos muito preconceito, então se vierem com outro olhar dizendo “você não vão mais dançar aqui” vai ser triste porque já ocupávamos esse espaço antes deles chegarem”.

Esse sentimento de pertencimento contribuiu de forma significativa para a formação enquanto cidadãos questionadores e engajados. Por isso, suas discussões não ficam reduzidas ao universo da dança: “Cultura é entretenimento! É isso o que todo mundo fala. Então querem igualar a gente e se alguém se sobressai é cortado. Eles querem reformular a escola (se referindo à reforma do Ensino Médio) justamente para ter soldadinhos, robózinhas marchando juntos”, afirma Tiago.

Essa é uma das razões pela qual os equipamentos precisam continuar servindo como espaço de criação, de troca e de participação, como conclui Laiane: “Cultura não é comércio. Tudo que a gente vive dentro da dança a gente vive fora, não separamos a dança da nossa vida social. A arte não é só ferramenta para criar novos artistas, é também um meio de entender a vida”.

Quem também entende a vida através da dança é Bruna Barreto. Bailarina clássica, aos 29 anos administra um Estúdio de Dança – localizado num bairro vizinho ao CEU Campo Limpo – que leva seu nome.

Ela vê no equipamento uma opção de cultura e lazer que pode e precisa ser aproveitada ao máximo, embora nem sempre tenha conseguido utilizá-lo para

realizar atividades com seus pupilos: “Levei muitos nãoos. Lembro de um momento em 2010, quando precisava de um lugar para ensaio porque íamos participar de uma competição, e me disseram que ali não era lugar para fazer o que eu quisesse. Mesmo explicando que eu só utilizaria o teatro por duas ou três horas e não precisaria nem mesmo dos técnicos (de som e de luz) para acompanhar, o espaço foi negado sem uma justificativa. Eles dificultavam a utilização por má vontade, por preguiça de olhar a agenda”.

Felizmente, a situação foi diferente nos últimos anos. Bruna desenvolveu uma relação de parceria com as coordenações e passou até mesmo a ajudá-los com a presença do Estúdio em festivais e celebrações: “Hoje, o CEU Campo Limpo e o CEU Casa Blanca são como mães para a comunidade e, também, para nós, porque nos acolhem”. Apesar da desconfiança e preconceito que afirma existir em relação aos que atuam na periferia, esse envolvimento contribui para o fomento da cultura e também para a visibilidade de seu trabalho.

O pequeno Estúdio fica numa espécie de garagem, nas prateleiras há uma variedade de troféus e medalhas. Sorridente, ela explica que muitas famílias não possuem recursos financeiros para custear atividades artísticas, mas que isso nunca foi empecilho para que uma de suas bailarinas deixasse de frequentar as aulas semanais – ao custo de 50 reais por mês. E que a dança tem sido agregadora para a vida desses meninos e meninas, jovens, adultos e idosos.

Sua formação em Educação Física incentiva a preocupação contínua com o aspecto educacional. Trabalhando a concentração, postura, disciplina, além de reforçar a prática dos valores de generosidade, humildade e espírito coletivo, ela sabe o seu papel na construção do repertório cultural dos moradores dessa região tão carente: “Quando cheguei aqui eles me perguntavam que horas ia começar o ‘desfile de dança’. Não sabiam o que era o ballet, diziam que era frescura e questionavam por que a criança tinha que estar com o cabelo arrumado em coque”.

Mas todo o esforço é recompensado sempre que os bailarinos estão sob os holofotes, já que, a seu ver, o palco é democrático: “Eles dançam com meninas que competiram em Berlim, em Joinville e isso não tem preço. Ali não tem classe social, não tem cor. Todo mundo está dançando e adquirindo cultura da mesma maneira e o CEU contribui oportunizando isso”. O tipo de oportunidade que não se limita

apenas aos que dançam. O trabalho também se reflete em seus familiares, que, não raro, desconhecem esse universo e nunca haviam entrado em um teatro. Como é o caso de Rodrigo Graciano Bernardes, 40 anos, atendente comercial e pai de duas alunas, de 7 e 13 anos.

Sem rodeios ele me conta que não é um frequentador do CEU: “Eu passo na frente todos os dias, mas nunca tinha entrado no (CEU) Campo Limpo. Entrei, pela primeira vez, por causa da apresentação, mas nunca fez parte dos meus hábitos. E, agora, por causa da atividade das meninas eu tenho mais interesse”. Não só a vantagem cultural, a prática do ballet fortaleceu a relação familiar e contribuiu para que suas filhas se mostrassem mais “disciplinadas, educadas e compromissadas – não querendo faltar um só dia”.

No final do ano será a sua vez de estrear nos palcos. O novo espetáculo de dança desenvolvido por Bruna incluiu os pais na criação da coreografia. Rodrigo já está ansioso e posso presumir que o restante da família também.

Avanços da última gestão

“Eu penso no CEU como maquinaria de igualdade sociocultural, porque ele respeita as características culturais das periferias. O que é muito raro, não existe equipamento assim. Ele não pega a cultura da periferia e leva para o centro como exótica, ele trabalha a cultura no lugar. Então, por isso, ele é realmente um equipamento diferenciado. Ele valoriza quem está lá”, é assim que Maria Cecília Carlini defende a importância dos CEUs como polo de desenvolvimento comunitário em uma das metrópoles mais desiguais do país.

Quando encontro com Ciça, apelido pelo qual é conhecida por funcionários e alunos, ela está no jardim da escola. Ao seu redor, um grupo de meninos, que não aparentam ter mais que 13 anos, conversa enquanto realiza a limpeza do jardim como tarefa do dia. Ela esclarece que se trata da punição por uma grave infração cometida e que, ao invés de acarretar em suspensão de sete dias, a pena aplicada foi transformada em horas de trabalho. Com esse exemplo, a atual Diretora da Escola Municipal Doutor José Dias da Silveira mostra porque foi escolhida para ocupar – de 2015 a 2016 – o cargo de Coordenadora de Educação Integral e CEUs

pela Secretaria Municipal de Educação, após reestabelecida a gestão compartilhada com as secretarias de Cultura e Esportes.

Sua carreira como gestora pública, porém, teve início muito antes. Para migrar à coordenação dos CEUs, abriu mão do posto de Coordenadora Pedagógica na Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, que ocupava desde 2013. A trajetória inclui ainda uma breve participação no governo de Luiza Erundina e quatro anos na coordenação do Projeto de Orientação Sexual para a Cidade de São Paulo durante o mandato de Marta Suplicy, exatamente quando o projeto dos complexos educacionais saía do papel para se tornar realidade.

Após a experiência à frente da Coordenadoria, Ciça reconhece as principais dificuldades enfrentadas para que os equipamentos consigam desempenhar a função para qual foram projetados. “Eu via o CEU como uma maquinaria potente, porém sucateada. Acho que subutilizada é a palavra. Mesmo na nossa gestão”. Algumas das justificativas dadas são a falta de verba e o tempo despendido no processo de formação das equipes que atuam nas Secretarias e nos complexos, já que os cargos de direção e coordenação são de indicação política e variam de acordo com as forças políticas de cada região, além, é claro, de quem ocupa a cadeira da Prefeitura.

Mas, apesar dos entraves, ela se orgulha do quanto foi realizado: “Acho que o principal avanço é a periferia se entender como potência cultural. Esse é o grande ganho. Se entender e se empoderar. As periferias levam a sua potência cultural como o aspecto de luta, lá ninguém é poeta porque nasceu rico. A luta para ser poeta é você pagar com sangue pra fazer sua arte. Então cada vez mais eles se entendem como poder cultural e eu percebo que o CEU ajudou a fazer isso. Ajudou a fazer a cultura periférica achar o seu lugar”. Não apenas no que diz respeito à autonomia desenvolvida, foi também ali o ponto de partida para que muitos artistas locais aprendessem a se estruturar como pessoa jurídica e pudessem pleitear por vagas na programação artística e cultural da cidade, que foi ampliada consideravelmente em número – com contratações mensais para o Circuito das Artes – e também em diversidade.

Ainda no processo de fortalecimento dos CEUs, 15 unidades se tornaram anfitriões da *SPCine*, a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo. A iniciativa,

da Secretaria Municipal de Educação e do Governo do Estado, conta ainda com outros cinco equipamentos culturais, em que o valor dos bilhetes custa até R\$ 4,00 – nos CEUs a entrada é gratuita – e faz do Circuito a maior rede de salas públicas de cinema do Brasil. “Fiz parte da curadoria, e se eu puder escolher um momento de maior alegria o *SPCine* está entre eles. Não da gestão, mas da vida. Porque é maravilhoso você ver uma pessoa assistir um filme pela primeira vez. E filme em cartaz, estreia, não a reprise da reprise. A emoção é indizível. E eu participei de todas as discussões e do porquê não se deveria cobrar o ingresso. Eu lembro do dia, do momento exato. Eu estava reunida com o Prefeito Haddad e falei: ‘Prefeito, os meninos do CEU Butantã atravessam o CEU pra ir ao shopping comer batatinha. Eles não têm dinheiro para pagar o cinema porque as batatinhas que eles vão comer são tiradas do lixo.’ O Prefeito me olhou e perguntou se eu tinha certeza. Eu disse que sim, eles comem do lixo a batatinha que sobra. São esses meninos que não vão poder assistir ao cinema. Então, temos que pensar o que nós estamos fazendo por eles. E, naquele minuto, naquele momento, ele afirmou ‘então nós não vamos cobrar nada’. É lógico que não fui eu, foi uma junção de várias coisas que aconteceram. Mas a gota d’água foi essa. E eu acho isso genial. Espero que nunca mude, porque cada vez que alguém assiste um filme eu penso: foram as batatinhas”. Com esse relato, é fácil compreender a razão para que o projeto seja a menina dos seus olhos.

Além do *SPCine*, as demais conquistas caminharam para a consolidação do conceito de Cidade Educadora, validando ainda mais a real importância dos equipamentos para transformação da realidade do entorno: “O CEU precisa ser parte da cidade educadora e educar a pessoa desde o momento que ela entra no espaço. Porque a cidade educadora é para todo ser humano. Educar na forma da cidadania, na forma da solidariedade, na forma de entender o mundo sustentável. Porque o CEU é essa ferramenta, mesmo que não esteja em sua potência”.

Ainda assim, para um projeto relativamente jovem – o mais antigo centro chega agora aos 14 anos desde a fundação – o valor já está comprovado. “Hoje eu tenho certeza que o CEU inspira e não é inspirado. Eu recebi gente da Alemanha, de Portugal, dos Estados Unidos – de vários países que eu não vou elencar pra não correr o risco de errar – para saber o que é o CEU. Pra entender o que é o CEU e para fazer em países de primeiro mundo. Ele tem, sim, raízes em algumas ideias, mas hoje ele é a inspiração”. E a torcida, agora, é para que continue sendo.

Outra importante Maria

É isso o também espera Maria Cecília de Luna, ou Dona Lourdes como ficou famosa. Aos 82 anos de idade e moradora do Jardim São Luís há meio século, ela é uma das principais responsáveis pela instalação do CEU Casa Blanca em seu endereço atual.

Em 2001, participou de audiências públicas, reuniões, fez campanha e pediu votos para representar a comunidade e expor suas reivindicações – na época, a construção de uma Creche e do Centro de Convivência do Idoso – de utilização do terreno abandonado, vizinho à sua residência. Conseguiu mais. Como resposta aos apelos dos moradores da região, o projeto de criação de uma nova unidade do centro educacional foi aprovado. “Tá ficando doida, onde já se viu construir esse tanto de coisa num buraco onde nunca fizeram nada”, era o que ouvia de seus vizinhos sempre que contava a novidade. A obra foi iniciada no último trimestre de 2003 e colocou fim aos questionamentos. Nove meses depois o CEU estava pronto para ser inaugurado.

De lá para cá, as reações foram diversas, muita gente a criticou dizendo que agora havia muito barulho, fluxo constante de carros e movimentação de alunos. Outros enxergaram o potencial do equipamento, suas características revolucionárias e a valorização do bairro. Inegavelmente, a realidade da comunidade foi transformada, mesmo que, durante as gestões posteriores à inauguração, a visão adotada tenha sido tão diferente da inicial: “O pessoal da periferia tem o mesmo direito de quem mora no centro, de quem tem possibilidade de pagar. Eles, o Serra e o Kassab, diziam que o CEU era caro demais, era muito dinheiro da Prefeitura. Mas, se eles gastam dinheiro com tanta coisa, o CEU só é caro por que é para os pobres?”.

Dona Lourdes sentiu na pele e no dia a dia o quanto sua luta foi válida. Além das melhorias estruturais que identificou desde o processo de instalação do complexo, também se tornou frequentadora assídua das atividades. E, em 2015, foi escolhida – devido ao seu histórico e envolvimento com as agendas sociais locais – para dar nome ao Centro de Educação em Direitos Humanos, inaugurado na biblioteca do equipamento.

Com brilho nos olhos termina, orgulhosa, de me contar sua história. Percebo que, para ela, sonhos pequenos nunca foram suficientes e que o CEU é a materialização de um deles. Enquanto a agradeço por me receber em sua casa, ela lamenta a mudança de governo – já que as experiências anteriores não renderam boas lembranças. Antes que a entrevista acabe, afirma acreditar na força daqueles que se apropriaram do espaço e num futuro melhor para a cidade. É tudo o que resta, porque seu espírito, outrora combatente, talvez não tenha forças para brigar de novo. E ela sabe que a briga pode ser feia.

Acelera ou não?

“Eles tem um potencial enorme”, “são ferramentas de transformação” e “as portas precisam estar abertas para as manifestações da comunidade” são algumas das frases que mais escutei ao longo desse processo de pesquisa. Verdades individuais, que se tornam coletivas, daqueles que percebem a obrigação urgente na continuidade das ações desenvolvidas nesses polos culturais periféricos.

A Secretaria Municipal de Cultura, também ciente dessa necessidade, elaborou um diagnóstico da sua presença e atuação na capital paulista e através do Decreto nº 57.484, de 29 de novembro de 2016, foi instituído o Plano Municipal de Cultura de São Paulo (PMC – SP). São mais de 200 páginas com propostas de políticas culturais para os dez anos seguintes à sua criação.

Durante os debates para elaboração foi levada em consideração a participação social, por meio de audiências públicas regionais e temáticas, além de uma plataforma de consulta digital. O Plano também observa o dinamismo próprio da cultura e sugere as necessidades de adaptação, desde que mantidos os princípios de sua gênese: ampliação do acesso à cultura, convivência nos espaços públicos, diversidade cultural e descentralização de recursos. Embora, poucos meses depois de sua instauração, não seja exatamente o que acontece.

As verbas da Secretaria de Cultura, que no Orçamento da Cidade⁷ aprovado em 2016 representava 2,26% do total do município, tiveram 43,5% de seus recursos congelados pela administração atual. Com essa medida, segundo informações da

⁷ Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/orcamento2016/>

Frente Única da Cultura de SP, em abril de 2017, a verba da pasta para a realização de seus projetos e programas é inferior a 0,3%.

Nos CEUs, já é notado e discutido o que se tem considerado como desmonte da cultura. Polêmicas envolvendo mudanças de editais e a descontinuidade dos projetos bianuais – modelo criado na gestão passada – do Programa de Iniciação Artística (PIÁ) e do Programa Vocacional reforçam a indignação. Outros programas e projetos, incluindo aqueles que são previstos em Lei Municipal, como os Fomentos ao Teatro, das Periferias, ao Circo e o Programa de Valorização das Iniciativas Culturais (VAI e VAI II) também estão sendo prejudicados com o congelamento.

Ações que deram gás aos grupos e coletivos, mas que agora parecem entrar num processo de dissipação, ligando o alerta máximo de quem vive, sobrevive e desfruta da arte em suas mais variadas formas.

Afinal, a cidade não acelera quando a Cultura estaciona.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações e culturais. SOVIK, Liv (org). Tradução de Adelaine La Guardia Resende. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355030>>. Acesso em 20 de março de 2017.

PONCIANO, Levino. São Paulo: 450 bairros, 450 anos. São Paulo: SENAC, 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em 20 de março de 2017.

Sites:

CARTA DE CIUDADES EDUCADORAS. Disponível em:

<<http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2017.

DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <

http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v4/index.asp?c=1>. Acesso em 10 de março de 2017.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, Governo do Estado de São Paulo.

Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Default.aspx>>. Acesso em 19 de abril de 2017.

SPCULTURA. Disponível em: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 27 de março de 2017.

Entrevistas:

BARRETO, Bruna. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

BERNARDES, Rodrigo Graciano. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

CARLINI, Maria Cecília. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

CÉSAR, Júlio. Entrevista concedida à autora em março de 2017. São Paulo, SP.

DIAS, Laiane. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

LUNA, Maria Cecília. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

MONTEIRO, Carlos. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

NOVAES, Aníbal Macário. Entrevista concedida à autora em maio de 2017. São Paulo, SP.

OLIVEIRA, Ricardo. Entrevista concedida à autora em maio de 2017. São Paulo, SP.

PEREIRA, Cleonice Dias. Entrevista concedida à autora em maio de 2017. São Paulo, SP.

PEREZ, Maria Aparecida. Entrevista concedida à autora em maio de 2017. São Paulo, SP.

SILVA, Tiago. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

SILVA, Cristina Dias Lima. Entrevista concedida à autora em abril de 2017. São Paulo, SP.

SOARES, Mazé. Entrevista concedida à autora maio de 2017. São Paulo, SP.